

OS INFORTÚNIOS DO TRABALHO: MUTILAÇÃO E MOVIMENTO DOS MUTILADOS NA REGIÃO SISALEIRA DA BAHIA

CASSIANO FERREIRA NASCIMENTO*

Introdução

O interesse pelo passado é condicionado pelas situações vividas no presente e, quanto a isso, os historiadores não têm mais dúvidas. Muitas vezes, negar a relação da escolha do objeto de estudo com a trajetória de vida do pesquisador, incorre num erro. Aliás, reafirmar essa ligação pode ser significativo para compreender a construção de sua narrativa sobre o passado. Nesse sentido, a ruptura entre passado e presente, tão defendida pelos metodistas do século XIX, não é mais válida, e isso foi um dos pontos fundamentais para a afirmação da história do tempo presente.

A afirmação dessa história como campo fecundo para o estudo dos períodos recentes tem permitido o aparecimento de importantes temas para a pesquisa, tal qual o movimento dos trabalhadores do campo. Sobretudo na segunda metade do século passado, esses movimentos emergiram de forma mais visível no cenário público brasileiro, aumentando a pressão sobre o Estado para ter seus direitos reconhecidos, como já havia ocorrido com os trabalhadores urbanos através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943 (COLETTI, 1996).

A intervenção de agentes externos, a exemplo das Ligas Camponesas, do Partido Comunista Brasileiro e, posteriormente, da Igreja Católica, causaram transformações significativas nas comunidades rurais, traçando experiências de luta e organização. Além disso, a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e do Estatuto da Terra (1964) representariam, enfim, uma presença maior do Estado na relação com os homens do campo. A partir daí que a sindicalização oficial ganhou mais força, porém, passando por um período de estagnação nos primeiros anos após a instauração do Golpe Militar de 1964, retomando grande crescimento sobretudo nos anos 1970 (MEDEIROS, 2002).

* Licenciado em História pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Mestrando no Programa de pós-graduação em História Regional e Local pela mesma instituição.

Essa conjuntura parecia se estender para todas as direções do país, porém, o historiador precisa ser cauteloso, para não entender os fenômenos sociais como meras ressonâncias de algo maior. O social é um lugar complexo, constituído por uma pluralidade de contextos, podendo apresentar diversas possibilidades de reconstrução, a depender da escala de observação lançada (REVEL, 1998). Por isso, a importância de se estudar as particularidades e como os processos ocorreram nos diferentes espaços.

Em meio à efervescência dos movimentos do campo na década de 1980, sob várias bandeiras de luta, um problema específico fez com que trabalhadores rurais da chamada Região Sisaleira da Bahia, organizados em torno dos sindicatos da categoria, realizassem um movimento reivindicatório. Tratava-se dos trabalhadores do sisal que sofreram mutilação e não conseguiram o benefício da aposentadoria por invalidez. Assim, o presente artigo tem como objetivo tentar reconstruir este episódio, buscando compreender as marcas deixadas pela experiência da mutilação e como todo esse processo se organizou na memória de um dos participantes.

O texto foi elaborado através de resultados parciais do nosso projeto de pesquisa intitulado “A APAEB-Valente e os ‘sisaleiros’: trajetória, trabalho e cotidiano nos campos de sisal (1980-2000)”. Inicialmente, este projeto pretende investigar, por meio de um *corpus* documental variado, a trajetória da APAEB-Valente¹ e as relações estabelecidas com os trabalhadores, redesenhando o trabalho e o cotidiano nos campos de produção de sisal.

Breve panorama sobre a produção do sisal

O *Agave Sisalana*, ou apenas sisal, é uma planta de origem mexicana e teria sido trazida para o Brasil no início do século XX. Suas características semixerófilas exigem luminosidade e clima quente para alcançar uma boa produção, demonstrando grande resistência a longos períodos de estiagem. Isso teria favorecido sua fácil adaptação em estados

¹ A APAEB (Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia) é uma associação fundada em julho de 1980, nesse tempo, com sede na cidade de Serrinha e filiais em Feira de Santana, Ichú, Araci e Valente. O interesse da pesquisa pela APAEB-Valente (referindo-se à filial em Valente) é por essa ter, desde os seus primeiros anos, um trabalho mais direcionado à cultura do sisal.

situados geograficamente no nordeste do Brasil, com clima semiárido, destacando-se a Paraíba – que liderou a produção até inícios de 1960 – e a Bahia, que segue até os dias de hoje como principal produtor de sisal (NASCIMENTO, 2003).

Na Bahia, o principiar de seu cultivo recebeu incentivo do governo do estado, que instalou na cidade de Feira de Santana (116 km de Salvador) um campo de produção e distribuição de mudas para serem entregues aos proprietários de terras. Tal iniciativa teria como objetivo assegurar a permanência dos trabalhadores do campo em localidades atingidas por frequentes períodos de estiagem durante o ano e que, por isso, não mantinha postos de trabalho, ocasionando a migração para outras regiões do país (FREIXO, 2010). Desse modo, apresentada como uma alternativa que viria a mudar a realidade das áreas atingidas pelas secas, o sisal passou a ser cultivado num processo de monocultura, e aumentando significativamente as áreas plantadas.

Na cadeia produtiva do sisal, em sua fase inicial, do plantio até a obtenção da fibra – seu principal produto –, predominava o trabalho informal. Os contratos eram verbais e o pagamento tinha relação direta com a produção, sendo dispensada para quaisquer efeitos a quantidade de horas trabalhadas.² A obtenção da fibra se dava por meio de máquinas de decorticar movidas a diesel, com engrenagens que giravam a grande velocidade, e podiam ser transportadas para os campos, geralmente usando tração animal.³ Essa máquina foi desenvolvida no estado da Paraíba, por isso, ao ser adotada entre os produtores baianos, recebeu o nome de “paraibana”, ou simplesmente “motor”. Este, além de ter sua tecnologia considerada ultrapassada mesmo para o período, apresentava alto grau de periculosidade. O “cevador”, trabalhador encarregado de operar a paraibana, tinha que ser ágil, pois ao tempo

² O proprietário da máquina de desfibrar sisal era o responsável por conseguir a mão de obra – muitas vezes familiar – e assumir todos os encargos com os trabalhadores, fazendo o pagamento por quilo verde de sisal produzido. Por hora, não há nenhum indício de contrato formal estabelecido entre dono de motor e trabalhadores. No curso da pesquisa pretendemos estabelecer a apropriação, em percentagem, do valor da fibra para ter conhecimento do lucro auferido desde o desfibramento até a venda para as fábricas.

³ Até inícios de 1960 era comum o desfibramento ser feito nas chamadas “usinas de beneficiamento”, que utilizavam água fervente para obter a fibra. Nesse tempo também existia uma ferramenta manual chamada “farracho”. Ambas não apresentavam produção satisfatória. Por esse motivo foi inserida a desfibradora paraibana, que gradativamente passou a ser utilizada, popularizando-se e dominando os campos de sisal nas décadas de 1970, 1980, até os dias atuais.

em que introduzia a folha na máquina, esta era puxada pela máquina e o braço poderia passar pelas engrenagens, decepando o membro.

A mutilação e a aposentadoria por invalidez

A mutilação dos trabalhadores do sisal era bastante comum nas regiões produtoras, deixando um grande número, especialmente de homens, sem dedos, mãos e por vezes até braço, desse modo, inaptos para seguir no trabalho.⁴ Isso gerava uma marca na vida do trabalhador, que gozando de idade produtiva, via-se diante de uma grande ruptura, pois não poderia seguir na função que exercia antes do acidente. Geraldo Alves dos Santos, morador da cidade de Valente (240 Km de Salvador), ex-dirigente sindical, e que trabalhou no motor até ter sua mão mutilada ainda aos dezessete anos, conta o que tal fato representou.

Rapaz é difícil, né? Porque a gente, quer dizer, sobrevive daquele trabalho né? Aí você perde a mão e num consegue mais trabalhar em certos trabalhos, né? Faz alguma coisinha mas num... O cara com uma mão só num vai, né? Num vai dizer assim: quem é que quer empregar o cara? Num qué. Quem é que vai querer um empregado pra fazer qualquer, né? Qualquer trabalho pra uma pessoa com uma mão só fica muito difícil, né? Cê tem que... Lutar pra sobreviver de outro jeito. Eu até enquanto não me aposentei me virava de todo jeito, né? Matei porco, matei boi, fiz um bocado de coisa... pra poder chegar lá.⁵

O relato de Geraldo centraliza a dificuldade enfrentada pelo trabalhador que se encontrava diante de uma realidade adversa, que mudava repentinamente a sua vida. A perda da mão de imediato implicava o desligamento permanente da função de cevador, o melhor remunerado entre os empregados no motor. Nesse sentido, o acidente impossibilitava-o de permanecer na atividade que até então proporcionava o seu sustento, obrigando-o a procurar outras vias de sobrevivência. Um caminho que o seu depoimento frisa não ser fácil: “quem é que vai querer empregar o cara?” Num meio em que predominava o trabalho braçal, o

⁴ Nos campos de sisal havia presença marcante de mulheres, entretanto, raramente era encontrada na função de “cevadora”, que além de ser o posto mais arriscado, era também o melhor remunerado em relação aos demais.

⁵ Entrevista concedida por Geraldo Alves dos Santos, 66 anos, no dia 17 de janeiro de 2013, na cidade de Valente-BA.

indivíduo que possuía apenas uma das mãos tinha que “lutar pra sobreviver”. O testemunho orienta para as decisões tomadas diante de experiências extremas; escolhas feitas no cotidiano, para lidar com as condições apresentadas pela realidade, tal qual é apreendida pelos sujeitos (MONTENEGRO, 2010). A fonte oral, nesse caso, demonstra sua grande importância para suprir lacunas deixadas por documentos escritos (FERREIRA, 2002), já que vestígios como as escolhas determinadas no cotidiano dificilmente serão encontrados nesse tipo de fonte.

O acidente sofrido por Geraldo não era uma exceção, tampouco um fato isolado; era algo corriqueiro, como já afirmamos anteriormente. Há estimativas de que até meados da década de 1980, havia mais de mil mutilados em toda a Região Sisaleira da Bahia.⁶ Estes trabalhadores buscavam desenhar outras trajetórias de vida e, nesse caminho, conseguir a aposentadoria por invalidez parecia ter um valor significativo. Aliás, o depoimento de Geraldo atribui um papel central a isto, pois enquanto não conseguiu o benefício, se “virava de todo jeito”, até chegar lá; era o horizonte de dias melhores.

A aposentadoria poderia ser concedida através do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRO-RURAL), conforme Lei Complementar de 1971 (LC nº 11 de 25/05/1971). Esse programa tinha sua execução sob a responsabilidade do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), instância de natureza autárquica, criada em 1963 no Estatuto do Trabalhador Rural.⁷ O programa estabelecia que a aposentadoria por invalidez fosse concedida ao trabalhador rural portador de enfermidade ou lesão orgânica que o incapacitasse total ou definitivamente para o trabalho, dependendo de exames médicos para essa constatação.

Rapaz... Aqui os médico, nessa época, tinha Zé Nilton, tinha Gelson já. É que... Só que aqui eles nenhum podia dar o laudo desse negócio né? Tinha que ser aquele menino de Coité, que morreu. Doutor Iêdo e... Esqueci o nome do outro... Doutor Pinheiro. Nesse tempo quem dava o laudo pra aposentar a primeira vez, era o doutor Iêdo e doutor Pinheiro, todos dois já morreram. Pinheiro morreu em Retiro,

⁶ Não existem dados oficiais para período sobre o número de mutilados do sisal. Essa estimativa era apontada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag-Ba).

⁷ Só em 1974 é atribuída ao FUNRURAL a prestação por acidente de trabalho. Porém, a aposentadoria por invalidez ficava sobre o regime do PRO-RURAL.

*véi [velho]. Eu mesmo fui aposentado, foi doutor Pinheiro que me aposentou. Na época, era eles quem dava o laudo.*⁸

Ao evocar sua memória, Geraldo cita os nomes dos sujeitos que teriam a competência para autorizar a aposentadoria. Entretanto, o que chama mais atenção no seu relato é o deslocamento feito no trecho em destaque. A falta de condições de segurança no trabalho, que tornou possível o acidente causador da perda de sua capacidade laboral, parece ceder seu lugar ante o poder dos médicos-peritos. Nesse sentido, o saber médico prevaleceu em lugar daquilo que o colocou diante daquela circunstância, pois foi “doutor Pinheiro” que o aposentou. O laudo médico, enquanto objeto determinante da condição de vida dos sujeitos e amparado por um saber institucional, emerge como instrumento de poder (FOUCAULT, 1979) e, nas microrrelações estabelecidas, vencia quem o detinha. Entretanto, a história nos ensina que o social é um campo bem mais complexo, e que não cabem certezas demasiadas e determinações inflexíveis. Se por um lado são estabelecidos os mecanismos de poder, tecendo uma rede que permeia as relações travadas no cotidiano, neste, por sua vez, são inscritos também os desvios (CERTEAU, 1998).

*Aconteceu várias coisa assim: alguma pessoa que era mais... o cara, quer dizer, chegado mais aquele cara né? Tinha mais conhecimento era bem mais fácil de aposentar. Outros que eles ficava em dúvida e dava trabalho pra o cara, ficava aí sofrendo sem conseguir aposentar, demorava demais. Sempre teve essas coisinha de amizade né? De conhecimento.*⁹

Ao reelaborar sua memória, o depoente aponta para uma outra configuração que orientava a relação entre mutilados e os médico-peritos. A medicina, dotada de conhecimentos e procedimentos para determinar a capacidade ou não do indivíduo para exercer atividade laboral, poderia ser norteadada por “essas coisinha de amizade”. Em sua lembrança presentificada, os trabalhadores que tinham algum tipo de aproximação com os médicos, que fossem mais “chegados”, poderiam diminuir o tempo de espera pelo benefício. Sendo assim, o laudo ainda imperava como instrumento de poder, mas o saber médico foi deslegitimado.

⁸ Entrevista citada.

⁹ Idem.

Essa dependência do laudo poderia fazer com que o intervalo que separava o acidente e a concessão da aposentadoria fosse indefinido, podendo se alargar por anos de espera.¹⁰ Entretanto, a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) em 1977, que tinha como objetivo unificar as atribuições referentes à assistência social, alterou profundamente esse processo. O FUNRURAL foi extinto e sua competência passada para o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), conforme o regulamento lançado posteriormente por meio de Decreto (Decreto nº 83.080 de 24/01/1979).

Além da extinção de um órgão específico para tratar das questões referentes aos trabalhadores rurais, algumas mudanças essenciais podem ser assinaladas entre os regulamentos de 1971 e 1979. Foram instituídos benefícios específicos para acidente de trabalho, dentre eles o auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. A concessão deste último ainda dependeria de laudo médico-pericial, porém conferindo-lhe maior poder e rigor que na legislação anterior, pois o trabalhador para se aposentar deveria ser considerado inapto para *qualquer* atividade. Essas mudanças, ao que parece, tornaram-se um empecilho para os acidentados no motor conseguirem a aposentaria.

O movimento dos mutilados

Na região, a instituição responsável por estabelecer a ligação entre o INPS e os trabalhadores era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). A rede de relações estabelecidas através dos sindicatos permitia não só o vínculo com os órgãos do Estado, mas sobretudo, com as entidades do mesmo segmento de outras cidades, além de sua representação estadual – Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag-Ba) – e nacional – Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

¹⁰ Procuramos por processos e laudos médicos referentes ao período no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente, mas não foi encontrado nenhum material. O próximo passo é verificar a existência diretamente no INSS.

Essas relações proporcionavam aos trabalhadores o conhecimento de seus direitos legais perante a lei, constituíam-nos enquanto categoria política (MEDEIROS, 2001), bem como adquiriam experiências de luta e, sem esquecer, conseguiam os recursos necessários para tal.¹¹

*É! Fetag e a Contag sempre ajudou. Lá era... Todo mundo era sócio do sindicato né? E aí, quando você é sócio do... Vamo dizer: você é sócio daqui do sindicato de Valente, fazendo uma comparação. Aí o sindicato contribui com aquele dinheiro que você paga, contribui um pouco com a Fetag e um pouquinho com a Contag. Aí você, daqui você pode... O que cê precisar da Fetag em Salvador ela tem que lhe atender porque você é sócio do sindicato.*¹²

O relato de Geraldo focaliza a importância da Fetag e Contag para os associados. Mediante a contribuição mensal dos trabalhadores para o sindicato e deste, por sua vez, para as federações, conseguia-se montar uma estrutura considerável para atender as eventuais necessidades dos associados.¹³ Assim, a dificuldade encontrada pelos mutilados para conseguir aposentadoria compunha um problema para ser resolvido com o apoio da Fetag-Ba, e no ano de 1984, começou uma crescente articulação entre sindicatos das cidades produtoras de sisal, tendo como principais referências o STR de Valente e Conceição do Coité.¹⁴

No jornal *Tribuna da Luta Operária* essa articulação foi destaque numa de suas edições.¹⁵ Sob a manchete “Perderam as mãos para não morrerem de fome”, o jornal centra seu discurso nos problemas que seriam enfrentados pelos trabalhadores, que como sugere, não

¹¹ Além da Fetag, os sindicatos também conseguiam apoio de associações locais, Igreja, e acessavam recursos de entidades filantrópicas através do envio de projetos. No STR de Valente foi encontrada grande quantidade de projetos realizados com recursos fornecidos pela Coordenação Ecumênica de Serviço (CESE), maioria relativos a combate a seca e organização dos trabalhadores, posteriores ao ano de 1985.

¹² Entrevista citada.

¹³ Além das questões referentes à organização de movimentos para reivindicação de direitos, no STR de Valente ainda existe pequena quantidade de correspondências enviadas pela Fetag-Ba referindo-se sobretudo à solicitações de assistência médica e dentária.

¹⁴ As cidades de Valente e Conceição do Coité distanciam-se 28 km uma da outra. No período em apreço no artigo, eram grandes produtoras de sisal e referência no beneficiamento e comercialização da fibra.

¹⁵ *Tribuna da Luta Operária* foi um jornal fundado em 1979, ligado a militantes do PCdoB, com conteúdo específico, voltado em especial para as lutas do operariado, seu principal público alvo. Boa parte das edições está digitalizada e disponível em: www.fmauriciograbois.org.br/

teriam alternativa de sobrevivência a não ser arriscar a integridade física nos motores de sisal.¹⁶

*Há mais de mil homens e mulheres mutilados, sem dedos, sem mãos, até sem braço, reduzido à miséria na região sisaleira da Bahia. São as vítimas da máquina de desfibrar sisal, chamada motor paraibano. Sexta-feira, dia 17 [de agosto], eles se reuniram na cidade de Conceição do Coité, para reclamar a aposentadoria por invalidez que o INPS recusa-se a fornecer.*¹⁷

Nessa notícia, é estabelecida uma relação direta entre a miséria em que se encontravam os trabalhadores e a “recusa” do INPS em conceder a aposentadoria. Nesse sentido, o jornal faz uso de uma valiosa estratégia discursiva ao situar o problema nessa “recusa”, pressupondo que o benefício de fato é pertencente aos trabalhadores, dando legitimidade à reclamação destes. Em outros termos, não é algo a ser ainda conquistado, mas um direito negado. Este discurso de legitimação das lutas dos trabalhadores permeia as edições do *Tribuna da Luta Operária*, visto que esse periódico afirmava estar a serviço dos trabalhadores.¹⁸

Nesse ano de 1984, Geraldo ocupava o cargo de presidente do STR de Valente e, já aposentado pelo extinto FUNRURAL, participou ativamente na organização do movimento.

*A gente começou aqui, organizano, se organizano, reunino, fizemo reunião aqui em Valente com um bocado de sindicatos né? E os sindicatos se propor de trazer os mutilados né? Depois fizemo uma reunião grande em Coité, que a gente botamo na época, trouxe setecentos mutilado da região sisaleira toda, de Cansação, Nodestina... A região toda. Convidamo governo do estado, governo federal, o ministro da previdência, que era Jarbas Passarinho na época. Só que esse pessoal num viero, mas mandaro representante né? Dessa reunião que aí num decidi nada, quer dizer: os cara, os cabeceira num veio. Num tão! Num há! O que foi decidido aí, foi um dia todo de reunião, com imprensa... infelizmente num decidiu nada.*¹⁹

¹⁶ *Tribuna da Luta Operária. Perderam as mãos para não morrerem de fome. Ano V. Nº 182. 27 ago. a 02 set. 1984, p. 1.*

¹⁷ *Tribuna da Luta Operária. A luta dos homens que o sisal mutilou. Ano V. Nº 182. 27 ago. a 02 set. 1984, p. 10.*

¹⁸ Quanto a isso é importante ver o editorial da primeira edição do jornal: *Tribuna da luta operária. Editorial. Ano I. Nº 0. 18 out 1979, p. 1.*

¹⁹ Entrevista citada.

No relato acima, Geraldo busca detalhar como foi organizado todo o movimento. Ao atravessar o tempo múltiplo da memória e ressignificar suas lembranças, conta que a partir das reuniões realizadas entre os sindicatos, teriam definido como meio de luta inserir os próprios mutilados na reivindicação. A “grande reunião”, que talvez por conta de sua dimensão tenha deixado significativas em sua memória, não teria apresentado resultados, visto que aqueles com o poder de decisão sobre as reivindicações, “os cabeceira”, não estiveram presentes.²⁰ Realizada na cidade de Conceição do Coité, possivelmente tinha como um dos objetivos expor para a sociedade e para os representantes do governo a dimensão do problema dos mutilados. Afinal, seguindo as linhas do relato, percebe-se que havia preocupação com a quantidade de trabalhadores presentes, como o depoente enfatizou: “troxemo setecentos mutilado da região sisaleira toda”. Se havia essa quantidade ou um número aproximado, não é a isso que vai se ater a análise, o interessante é verificar por que expressar o número de mutilados é significativo para a memória do depoente.²¹

O jornal *Tribuna da Luta Operária* noticiou a reunião dos sisaleiros, dessa vez enfatizando as declarações dos representantes políticos presentes, como o superintendente do INAMPS, deputados e políticos locais. E, mais uma vez, centralizou o impasse causado pelo novo regulamento.

*A manifestação, promovida pela Fetag-Ba e por sindicatos de Trabalhadores Rurais de 13 municípios do Estado, foi mais um importante passo na mobilização dos mutilados para conquistar o direito que lhes é negado pela absurda lei previdenciária, que só autoriza a aposentadoria quando o trabalhador fica com as duas mãos ou braços inutilizados.*²²

Apesar da redação da lei²³ não ser tão específica sobre quais os casos em que a aposentadoria seria ou não concedida, pois isso ficava sob critério do saber médico, como

²⁰ Há uma notícia curta na *Folha de São Paulo* afirmando que uma delegação de mutilados iria à Brasília “pedir aposentadoria ao ministro Jarbas Passarinho.” *Folha de São Paulo. Dropes. 3º Caderno. Local – Educação. 07 out. 1984, p. 27.*

²¹ Segundo o *Tribuna da Luta Operária* havia cerca de setecentos trabalhadores nessa reunião, dos quais pelo menos 300 eram mutilados.

²² *Tribuna da Luta Operária. A luta dos homens que o sisal mutilou. Ano V. Nº 189. 15 a 21 out. 1984, p. 7.*

²³ O jornal refere-se sobretudo ao Art. 323 dessa lei, que estabelece o seguinte: “A aposentadoria por invalidez é devida ao beneficiário que, por decorrência de acidente do trabalho, sofre lesão corporal, perturbação funcional

assinalamos mais acima, o jornal insiste que era necessário ter pelo menos dois membros “inutilizados” para conseguir a aposentadoria por invalidez. Este ainda atribui ao evento um importante avanço na mobilização, apesar de, assim como no relato de Geraldo, não apresentar nenhum indício de que alguma decisão importante tenha sido tomada. É interessante que nas duas ocasiões em que o referido jornal noticiou o movimento dos mutilados, o tema da segurança no trabalho, já crescente nesse período, não é contemplado.²⁴ O discurso centrava-se no impasse causado pela nova lei, numa realidade criada após o acidente, excluindo do centro do debate outros problemas existentes no trabalho do sisal, e que tornavam possível a existência dos mutilados.

Tendo em vista que a reunião em Conceição do Coité não surtiu resultados, os organizadores do movimento resolveram fazer uma viagem à Brasília ainda nesse mesmo ano. Esta teria como meta estabelecer uma negociação diretamente com o Ministro da Previdência e Assistência Social, Jarbas Passarinho. Mais uma vez, Geraldo detalha como foi o ocorrido:

Levemo trinta e três mutilado, passamo uma semana todinha lá. Vei imprensa de todo país do mundo porque hoje ainda tá mais fácil, mas naquele tempo você ver trinta e três pessoas de mão cortada. Já começou na estrada, a gente saímo daqui de ônibus né? Lugar que a gente fazia as parada, ponto de apoio, que descia pra almoçar, avemaria! O povo ia todo... Com dez minuto que a gente chegava num restaurante, quando pensar que não, a casa tava cheia. Tava cheia de gente, aí um fala: “rapaz, ói, tá acontecendo isso” e aí... Ligeirinho assim, enquanto a gente almoçava pra sair tava o “mundo de gente”. E quando nós cheguelo lá em Brasília, na Contag, aí... Avemaria! Aí já tinha imprensa de tudo quanto era lugar, e aí no outro dia foi chegando gente. Eu sei que quando a gente saiu de lá já tinha a imprensa do mundo todo que apareceu lá em Brasília. Que é um coisa terríve, cê chegar, o cara que nunca viu uma pessoa de braço cortado chegar lá e ver trinta e três pessoa? A gente saía lá pra ir pros ministério, aquela boiada de home tudo aleijado [risos].²⁵

ou doença que o incapacita total e definitivamente para o exercício de qualquer atividade, no valor mensal de 75% (setenta e cinco por cento) do maior salário-mínimo do País, arredondada a fração de cruzeiro para a unidade imediatamente superior.”

²⁴ A Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO) publicou em abril de 1984 um artigo sobre os resultados de pesquisa realizada nas cidades produtoras de sisal na Bahia, levando em consideração a incidência dos casos de mutilação. Através dos resultados obtidos, essa mesma instituição desenvolveu um dispositivo de segurança para ser acoplado ao motor, porém só passou a ser utilizado nos anos seguintes. Para mais, ver: FUNDACENTRO. *Dispositivo de proteção poderá prevenir graves acidentes na descorticação do sisal*. Atualidades em prevenção de acidentes. v. 15, n. 172, abr, 1984, p. 02-04.

²⁵ Entrevista citada.

Ao lembrar a viagem à Brasília, Geraldo focaliza a reação das pessoas e da imprensa ao se depararem com uma cena incomum: aquela quantidade de pessoas “de braço cortado”. Esse episódio revela a marca trágica dessa história e a ênfase no número de mutilados certamente está relacionada ao impacto visual causado. Entretanto, é no mínimo curioso que apesar de ter uma quantidade imensamente mais expressiva na reunião em Conceição do Coité, sua memória não centralizou a reação das pessoas ao se depararem com tal cena. Talvez, a resposta esteja no próprio relato: era uma coisa terrível para “o cara” que nunca viu nenhum. Nesse sentido, no âmago do depoimento de Geraldo, nos deparamos com um indício do cotidiano, do habitual: nas cidades produtoras de sisal, presenciar trabalhadores sem mãos era algo corriqueiro, isso decorrente do processo de desfibramento nas máquinas paraibanas, que citamos anteriormente, dotadas de um alto grau de periculosidade aliada à inexistência de nenhum equipamento de proteção individual.

A viagem à Brasília, uma vez ocorrida por conta de um impasse não solucionado com o poder público, por não conceder aposentadoria aos trabalhadores lesionados, quando lembrada no presente, ganhou outros contornos, tomou outras direções. O depoimento, mesmo assinalando como é “terrível” haver num mesmo lugar tantos homens sem as mãos, é marcado por um tom de aventura, e a lembrança daquela “boiada” de “home tudo aleijado” caminhando pelos ministérios, provoca-lhe risos. Geraldo ainda contou, entusiasmado, que “jogou bola” com seus companheiros todas as noites em que esteve na sede da Contag, mas não fez referência às negociações no Ministério da Previdência e Assistência Social.²⁶

A memória não funciona como um mecanismo que pode registrar tudo; que resguarda as lembranças intactas em seu lugar mais ínfimo, permitindo que estas possam ser acessadas pelos sujeitos quando surgir a necessidade. A memória é antes, um mecanismo de seleção, que sofre constantes alterações. Ela não só escolhe, segundo princípios variados e intimamente ligados ao inconsciente, o que deve ser lembrado, como é acometida por mudanças a partir das experiências dos indivíduos com o devir do tempo. Sua construção está associada ao vivido (MONTEGRO, 2001).

Em todo o depoimento de Geraldo é interessante analisar a intensidade das marcas deixadas pelas estratégias de sobrevivência após sofrer o acidente; de seu ingresso no

²⁶ Entrevista citada.

movimento sindical, da organização da luta pela aposentadoria e a importância atribuída às instituições representativas dos trabalhadores. Apesar de seguir na direção do STR de Valente nos anos que se seguiram, ele não conseguiu lembrar-se de mutilados que conseguiram aposentadoria após o movimento do qual fez parte, nem detalhar seu desfecho. Mas, com convicção afirma: “brigamos até que felizmente a gente conseguiu aposentadoria pra o pessoal.”²⁷ Uma nota no jornal *Folha de São Paulo* oferece pistas:

*Por determinação do ministro Jarbas Passarinho, a superintendência do INPS, na Bahia, iniciou o cadastramento de todos os mutilados da lavoura de sisal no Estado, para que seja concedida aposentadoria por invalidez aos trabalhadores rurais que tiveram uma mão ou parte do braço decepados em seu trabalho nas máquinas desfibradoras.*²⁸

Esse é um dos indícios que apontam para os resultados alcançados pelo movimento dos mutilados, necessitando, assim, ser investigado para compreender mais profundamente esse processo e, sobretudo, seus desdobramentos posteriores.

Considerações finais

A reconstrução da experiência da mutilação e o consequente movimento organizado pelos sindicatos e Fetag-Ba, traçam um direcionamento importante para o desenvolvimento de nosso projeto de pesquisa. Os riscos oferecidos pelo motor e a incerteza de amparo pela seguridade social, como foi percebido, não eram um empecilho para a continuidade do trabalho, permitindo que mais trabalhadores fossem lesionados. Apesar disso, o discurso que sustentava a cultura do sisal na região como uma planta que traria desenvolvimento econômico e proporcionaria a permanência dos trabalhadores no campo, seguia sendo reelaborado. Ora, a própria APAEB-Valente, que era mais uma entidade de representação dos trabalhadores, fundou uma bateadeira²⁹ comunitária nesse mesmo ano em que os mutilados

²⁷ Entrevista citada.

²⁸ *Folha de São Paulo*. *Dropes*. Geral – Educação. 03 nov. 1984, p. 19.

²⁹ Bateadeira é o nome dado aos locais onde a fibra é beneficiada, passando por um processo de limpeza (batimento), seleção e enfardamento, seguindo daí para exportadoras ou indústrias.

lutavam por aposentadoria, incentivando ainda mais a produção de sisal. E é possível encontrar situações ainda mais complexas: mutilados que eram donos de motor (SILVA et. al., 1993).

Nesse sentido, acreditamos ser importante investigar como esse discurso predominou mesmo em meio a outros tantos significados apresentados pela cultura do sisal, encontrando ressonâncias nos trabalhadores e em suas entidades representativas. Aliás, em análises posteriores pretendemos compreender o papel dúbio destas, de ao mesmo tempo em que organizavam e defendiam os interesses de seus representados, atuavam como reprodutoras de um discurso que não atendia necessariamente a estes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Lei complementar nº 11 de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: www.dataprev.gov.br.

_____. Decreto nº 83.080 de 24 de janeiro de 1979. Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social. Brasília, 1979. Disponível em: www.dataprev.gov.br.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. “A operação historiográfica”. In: _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 65-119.

COLLETI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Dissertação de Mestrado apresentada ao

Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 1996.

CRUZ, Heloisa de F; PEIXOTO, Maria do R. da C. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. nº 35, jul/dez., 2007. p 253-270.

DOSSE, François. *História do tempo presente e historiografia*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v 4, n 1, jan/jun. 2002, p. 5-22.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, maio/jun., 2000, p.111-124.

_____. História, tempo presente e história oral. In: Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baetas Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Microfísica do poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIXO, Alessandra Alexandre. *Entre a valentia do boi e as fibras do sisal: narrativas e imagens de velhos agricultores sobre seu ambiente*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

FUNDACENTRO. *Dispositivo de proteção poderá prevenir graves acidentes na descorticação do sisal*. Atualidades em prevenção de acidentes. v. 15, n. 172, abr, 1984, p. 02-04.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Memória e relato histórico*. Clio – Revista de Pesquisa Histórica, Recife, nº 23, p. 99-115, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Os trabalhadores do campo e os desencontros da luta por direitos”. In: André Leonardo Chevitarese. (Org.). *O campesinato na História*. 1ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, v. 1, p. 151-181.

_____. “Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros”. In: GIARRACA, Norma. (Org.). *Una Nueva Ruralidad en America Latina?* 1ed. Buenos Aires: Clacso, 2001, p. 01-382.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2001.

_____. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. *Conviver o Sertão: origem e evolução do capital social em Valente/Ba*. São Paulo: Annablume, 2003.

RAMOS FILHO, José. *Sisal. Sua história entre nós*. Valente/Bahia. 1965.

REVEL, Jaques. (Org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SILVA, Álvaro L. V. et. al. *APAEB: uma história de fibra, luta e subsistência*. Valente: APAEB, 1993.